

OLIVEIRA, João Paulo de; CAVALCANTE, Ilane Ferreira. As implicações dos processos de globalização na Educação Profissional e Tecnológica Brasileira. In: **Actas do XII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação**. Vila Real: UTAD, 2014. Disponível em: < https://apps2.utad.pt/files/SPCE2_EIXOS_BOOK%20CC.pdf> Acesso em: dia mês ano.

AS IMPLICAÇÕES DOS PROCESSOS DE GLOBALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA BRASILEIRA¹

João Paulo de Oliveira

Especialista em Educação Profissional pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN. Mestrando do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional - PPGEP do IFRN. Assistente em Administração do IFRN – Campus Mossoró. Email: joao.oliveira@ifrn.edu.br

Ilane Ferreira Cavalcante

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Profa. de Língua Portuguesa do Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN (Campus EAD) e professora do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional - PPGEP do IFRN (Campus Natal-Central). Email: ilane.cavalcanti@ifrn.edu.br

Resumo

Os processos de globalização hegemônicos e contra-hegemônicos trazem em sua essência fortes implicações para a educação profissional e tecnológica (EPT) brasileira. Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo discuti-los e analisar suas relações com a educação profissional e tecnológica em uma perspectiva de transformação da sociedade. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em Boaventura Santos (2002), Milton Santos (2011), Magalhães (2004), Marx e Engels (1998) e Gadotti (2003). Observamos que a EPT pode funcionar como um forte instrumento de transformação e libertação das classes dominadas, ao atuar na perspectiva da globalização contra-hegemônica.

Introdução

O nascimento da globalização se dá a partir do momento em que o capitalismo sente a necessidade de se expandir, de dominar e gerar cada vez mais lucros. Como essas características são condições natas ao sistema capitalista, podemos afirmar que a globalização é condição à consolidação do capitalismo. No século XX, a terminologia globalização passou a ser usada para designar as inter-relações proporcionadas aos países em virtude do avanço das tecnologias de informação e comunicação após a Segunda Guerra Mundial.

¹ As discussões deste documento fazem parte da pesquisa que estamos desenvolvendo no Programa de Pós Graduação em Educação Profissional - PPGEP do IFRN, podendo estar presentes no texto da nossa dissertação.

As transformações impulsionadas pelos processos de globalização trouxeram à educação profissional e tecnológica (EPT) brasileira implicações distintas: do ponto de vista da globalização hegemônica ela deve voltar para a formação de mão de obra qualificada para atender ao mercado de trabalho; do ponto de vista da globalização contra-hegemônica, a EPT pode, por meio da socialização do conhecimento e da formação humana integral, propiciar transformações sociais mais profundas, perpassando os interesses ideológicos do capitalismo.

No início do século XX quando as Escolas de Aprendizes e Artífices foram criadas no Brasil, a EPT tinha como objetivo garantir aos excluídos um ofício que lhes permitisse sua inserção no mercado de trabalho. Ao longo do tempo a EPT passou por significativas transformações, mas sempre permeada pelos interesses políticos da classe dominante e ancorada na globalização hegemônica. No entanto, com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica², vislumbramos o início de um ciclo de ações capaz de romper com os interesses do capitalismo e de fortalecer a educação pública brasileira. Para tanto, é fundamental o desenvolvimento de uma educação pautada na perspectiva da formação cidadã e da transformação social, fortalecendo assim, a globalização contra-hegemônica.

Os processos de globalização, precisam ser compreendidos no contexto da EPT, pois somente assim é possível desenvolver uma proposta pedagógica voltada à formação humana integral capaz de atender aos interesses do mercado e, sobretudo aos anseios do cidadão. Formar apenas para atender às demandas mercadológicas significa fortalecer a globalização hegemônica e afastar as possibilidades de desenvolver um projeto societário que possa romper com o dualismo de classes e minimizar as desigualdades sociais.

Assim, o desdobramento de uma proposta pedagógica que considere a dinâmica dos processos de globalização pode proporcionar a construção de uma nova identidade para a educação profissional e tecnológica, uma vez que tais processos trazem consigo implicações que podem manter o *status quo* ou transformar a sociedade. No desafio de contribuir com essa discussão, o presente trabalho tem como objetivo discutir os processos de globalização e analisar suas relações com a educação profissional e tecnológica em uma perspectiva de transformação da sociedade e construção de um mundo igualitário. Para tanto, dividimos o texto em dois momentos. Primeiro, discorreremos sobre a dinâmica da globalização e, em seguida, abordamos os processos de globalização (hegemônicos e contra-hegemônicos) focando nas implicações que eles trazem para a educação profissional e tecnológica.

² Processo iniciado em 2003 no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva.

1 A dinâmica da globalização

Após a segunda Guerra Mundial, em meados do século XX, vivenciamos profundas transformações políticas, econômicas e culturais nas relações transnacionais, cunhadas, a partir de então, de globalização. A quebra de barreiras comerciais levou ao crescimento da dependência entre os países, conforme podemos observar pelos principais acordos comerciais realizados (NAFTA³, UNIÃO EUROPÉIA⁴ E MERCOSUL⁵).

As inter-relações entre os países constituem um processo incerto, instável (MAGALHÃES, 2004, p. 11) desigual e não uniforme, motivo pelo qual o que designamos por globalização, na verdade, é um conjunto de relações sociais diferenciadas que levam à existência de vários fenômenos de globalização. “Nestes termos, não existe estritamente uma entidade única chamada globalização; existem, em vez disso, globalizações [...]” (SANTOS, B, 2002, p. 55). Dessa forma, Santos B compreende a globalização como um processo dinâmico e define o modo de produção geral da globalização como:

[...] o conjunto de trocas desiguais pelo qual um determinado artefato, condição, entidade ou identidade local estende a sua influência para além das fronteiras nacionais e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outro artefato, condição, entidade ou identidade rival. (2002, p. 63).

Caminhando na mesma perspectiva de que não há um único processo de globalização, Santos M (2011, p. 11) argumenta que a “era globalizada”, tem conduzido o homem a viver em um mundo confuso e cheio de paradoxos. O pensamento dos autores nos mostra que não existe uma globalização genuína, homogênea e uniforme. No entanto, as potências hegemônicas revelam “[...] uma vontade de fundar o domínio do mundo na associação entre grandes organizações [...]” (SANTOS M, 2006, p. 27) para caracterizar a atual fase de expansão do capitalismo como um processo global uniformizado, “mas a

³ Acordo de Livre Comércio da América do Norte (do inglês, *North American Free Trade Agreement*), criado em 1988.

⁴ Denominado inicialmente de Mercado Comum Europeu (MCE), posteriormente mudou (1993) para Comunidade Económica Europeia (CEE) Maastricht (assinado em 1991) quando entrou em vigor.

⁵ Mercado Comum do Sul, criado em 1991, a partir do Tratado de Assunção.

realidade dos territórios e as contingências do ‘meio associado’ asseguram a impossibilidade da desejada homogeneização.” (SANTOS M, 2006, p. 27).

Para Santos M, “[...] tudo se mundializa: a produção, o produto, o dinheiro, o crédito, a dívida, o consumo, a política e a cultura. Esse conjunto de mundializações, cada qual sustentado, arrastando, ajudando a impor a outra, merece o nome de globalização.” (2006, p. 134). Nesse sentido, Santos M, define a globalização como “o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” (2011, p.15).

Marx e Engels corroboram com a ideia de Santos M (2011) ao defenderem que, por meio do “desenvolvimento universal das forças produtivas é possível estabelecer um intercâmbio *universal* entre os homens, e assim [...] torna cada um deles dependente [...]” (1998, p. 31, grifo dos autores). Segundo Magalhães (2004, p. 64-65), essa percepção mostra que a dependência econômica entre os países pode trazer resultados negativos quando o equilíbrio financeiro é afetado.

Por fim, observamos que não é pertinente definir globalização como um movimento único, pois tendo em vista a sua dinamicidade, ela é melhor compreendida como um conjunto de fatores econômicos, políticos, sociais e culturais que se articulam entre si para garantir a internacionalização do capitalismo através da ideia de um mundo unificado. Dessa articulação, resultam os processos de globalização hegemônicos e contra-hegemônicos, os quais, com suas diferentes características, trazem diversas implicações para a educação profissional e tecnológica brasileira, conforme discutiremos ao longo desse texto.

2 Os processos de globalização

Ao discutirmos a dinâmica da globalização, ressaltamos que se tratava de um processo complexo e que o mesmo é uma etapa do capitalismo da qual não podemos fugir ou ignorar. Como vimos, Santos B (2002) e Santos M (2011) advogam a existência de várias realidades em um mesmo mundo o qual passa por transformações e vive processos distintos em virtude das práticas mundiais, comumente denominadas de globalização. Santos B (2002, p. 56) desenvolve a teoria de que estamos vivendo um sistema mundial em transição, permeado por várias transformações que podem conduzir a um novo sistema mundial. Com isso, podemos nos apoiar nessa transição para construir “[...] um outro mundo, mediante uma globalização mais humana.” (SANTOS M, 2011, p. 13) e solidária na qual o cidadão seja prioridade e o consumo uma consequência. A partir das ideias dos autores, elaboramos o

quadro 01 (p. 6) que procura abrigar a multiplicidade dos principais processos de globalização, suas formas, instituições envolvidas e suas implicações para a EPT. No referido quadro, identificamos a existência de dois principais processos de globalização (hegemônicos e contra-hegemônicos) que se manifestam de diferentes maneiras, conforme destacam Santos B (2002) e Santos M (2011). A forma como esses processos se desenvolvem podem fortalecer a hegemonia do capitalismo ou contribuir para a superação dos problemas sociais e emancipação humana.

Nesse movimento, muitas práticas são assumidas e desenvolvidas por pessoas e instituições. O quadro 01 (p. 6) apresenta as instituições educacionais como agentes desenvolvedoras de práticas situadas nos dois principais eixos dos processos de globalização. Isto implica que a escola pode contribuir tanto para a manutenção do *status quo*, como para promover a transformação da sociedade através da ampliação de sua função social. Essa contradição é natural, pois representa um conflito de interesses da classe dominante e “[...] mostra que é imperioso produzir uma reflexão [...] da globalização [...] de modo a captar a complexidade dos fenômenos que ela envolve e a disparidade dos interesses que neles se confrontam” (SANTOS, B, 2002, p. 54).

Diante desse contexto, a educação pública, por meio da educação profissional e tecnológica, pode desenvolver duas possíveis relações: curvar-se aos desígnios do mercado capitalista e se tornar mais um elemento dentro da lógica do sistema; ou atuar em uma perspectiva contrária à lógica do capitalismo e ser um elemento de transformação social através de práticas emancipadoras⁶.

⁶ Ressaltamos que este processo não é opcional, pois ele pode, muitas vezes, ser determinado pelas políticas neoliberais incorporadas e regulamentadas pelo próprio Estado.

Processos	Formas de globalização	Instituições envolvidas	Implicações para EPT
Hegemônicos	<ul style="list-style-type: none"> - Localismo globalizado; - Globalismo localizado; - O mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; - O mundo tal como ele é: a globalização como perversidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estados; - Organizações Internacionais; - Instituições educacionais (manutenção do <i>status quo</i>); - Instituições financeiras (FMI, BIRD); - Blocos de comércio regionais; - Organização Mundial do Comércio (OMC); - Empresas multinacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mercantilização da educação e do conhecimento; - Desresponsabilização do Estado; - Formação para atender ao mercado de trabalho (Lei nº 5.692/71⁷, Decreto nº 2.208/1997⁸); - Produção de tecnologias convencionais; - Comprometimento com o desenvolvimento global;
Contra-hegemônicos	<ul style="list-style-type: none"> - Cosmopolitismo; - Patrimônio comum da humanidade; - O mundo como ele pode ser: uma outra globalização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Organizações Não Governamentais; - Movimentos Sociais. - Redes de sustentabilidade; - Instituições educacionais (transformação a partir da função social). 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento da economia solidária; - Produção e disseminação de tecnologias sociais; - Comprometimento com o desenvolvimento local; - Implantação de escolas em locais de baixo PIB.

Quadro 01: processos de globalização hegemônicos e contra-hegemônicos

Fonte: elaboração própria a partir de Santos B (2002, p. 59, 65-70) e Santos M (2006, p. 11-14)

⁷ Revogada pela Lei nº 9.394, de 20/12/1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm> Acesso em 20 jun. 2014

⁸ Revogado pelo Decreto nº 5.154, de 23/07/2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm> Acesso em 20 jun. 2014

2.1 Globalização hegemônica

Conforme discutido anteriormente, a globalização configura-se como um processo dinâmico caracterizado por suas complexas transformações e mudanças ocasionadas na vida social dos diferentes povos. O predomínio das características dominantes é realizado através de uma combinação de fatores que vão se propagando e se fortalecendo historicamente manifestando-se de maneiras diversas, conforme discorreremos seguir.

A primeira forma de globalização hegemônica (ou neoliberal) parte da concepção de Santos B (2002, p. 65) e é denominada de *localismo globalizado*. Nesta forma de globalização um fenômeno local é difundido globalmente e tem como característica o fato de promover mudanças nos hábitos e costumes das comunidades que sofrem sua influência. Esses impactos produzidos levam à concepção da segunda forma de globalização hegemônica, denominada por Santos B (2002, p. 66) de *globalismo localizado* que consiste nas implicações ocasionadas localmente em virtude das ações transnacionais.

Continuando a nossa discussão acerca das formas de globalização hegemônica, chegamos, por meio de Santos M (2011, p. 12), à terceira concepção: a *globalização como fábula*. Nesta perspectiva, o mundo globalizado é apresentado, especialmente pelas práticas dos meios de comunicação e das novas tecnologias, como um mercado global, “capaz de homogeneizar o planeta, quando na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido [...]” (SANTOS M, 2011, p. 12).

A quarta concepção hegemônica é denominada por Santos M (2011, p. 13) de *globalização como perversidade*. Essa abordagem pode ser entendida como uma consequência da anterior, pois à medida que a globalização é concebida como uma fábula, seus reais desdobramentos se impõem como perversidade junto às classes dominadas.

Segundo Gadotti (2003, p. 4), no campo da educação, esses globalismos se traduzem pela ofensiva neoliberal de promover a mercantilização da educação e do conhecimento através da incorporação dos mecanismos do mercado, impulsionando, assim, a desresponsabilização do Estado com o dever de educar. O autor destaca ainda que as principais propostas do modelo neoliberal podem ser resumidas da seguinte forma: conteúdos mínimos e socialmente necessários, verificados por meio de exames nacionais; redução dos benefícios dos trabalhadores da educação; centralização curricular e pedagógica;

descentralização das responsabilidades e municipalização do ensino fundamental e padrões de gestão mercantis da escola.

A globalização neoliberal atribui aos docentes a falta de qualidade da educação e financia uma formação orientada muito mais voltada ao consumismo do que à emancipação do cidadão. Nesse sentido, “o Estado deve abandonar a idéia de igualdade (socialização) para assumir a equidade (atenção para com as diferenças). Considera-se a educação como um serviço e não como um direito.” (GADOTTI, 2003, p. 1). Dessa forma, podemos constatar que a educação, sob a égide da globalização neoliberal, está totalmente submetida à lógica do capitalismo. Atendendo as imposições dos órgãos financeiros externos é fundamental promover a privatização dos serviços públicos para diminuir os gastos e possibilitar que o mercado assuma a oferta do serviço.

No tocante à educação profissional, podemos observar que as políticas neoliberais conduziram o Brasil a promover reformas educacionais pautadas em uma educação instrucionista que pudesse atender às demandas do mercado, a exemplo da Lei nº 5.692/71, que “instituiu a profissionalização universal e compulsória no ensino médio.” (MACHADO, 2011, p. 696). Nesse perspectiva, Gadotti ressalta que o aprendizado na visão instrucionista se restringe à manipulação de equipamentos e acesso à informação e o ensino se reduz a “aplicar uma receita, manejar um repertório de técnicas.” (2003, p. 2).

Postas essas considerações, contextualizamos o aparecimento das instituições educacionais no quadro 01 (p. 6) como possíveis desenvolvedoras de práticas que contribuem para o fortalecimento da globalização hegemônica. No entanto, não podemos permitir que a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica recaia novamente neste processo. Precisamos fortalecer o Estado brasileiro e desenvolver uma proposta de educação pautada no princípio básico da formação humana integral, capaz de promover a emancipação humana, atuando, portanto, em uma perspectiva contra-hegemônica.

Por fim, ressaltamos que a discussão adotada não tem como objetivo levar a uma luta contra a globalização hegemônica, nem tão pouco tentar subsumi-la, mas compreender que um processo de globalização hegemônica pode desencadear um processo contra-hegemônico, capaz de trazer novas perspectivas para a educação profissional e tecnológica.

2.1.1 A influência do Consenso de Washington para a Educação Profissional e Tecnológica Brasileira

Segundo Gadotti, as práticas neoliberais no campo da educação iniciaram-se com a experiência neoliberal de Pinochet⁹ na década de 1970, mas se intensificaram nos últimos anos em todos os países da América Latina. Isso ocorre em virtude das interferências das agências financeiras que pressionam os países endividados a executarem suas políticas de ajuste e, portanto, acabam definindo “as matrizes das propostas de reforma educativa [...]” (2003, p. 4)

Para compreendermos esse processo de desestruturação e reestruturação no campo educacional, é importante considerar o Consenso de Washington¹⁰ que, segundo Santos B (2002, p. 27), afetou todas as dimensões da globalização e é responsável pelas suas características dominantes¹¹. Assim, o referido Consenso é apontado como um dos principais elementos no núcleo da globalização hegemônica, visto que a partir dele surgiram regras gerais a serem seguidas, reforçando e impulsionando as políticas neoliberais. Isso incluía a reformulação das políticas de concessão de crédito para os países que necessitassem de amparo financeiro junto às agências internacionais (FMI, BIRD).

Como podemos observar, “[...] as operações do modelo de desenvolvimento neoliberal, envolvem [...] uma destruição institucional e normativa [...] para além do papel do Estado na economia [...]” (SANTOS B, 2002, p. 27). Com isso, esse Consenso tornou-se determinante nas políticas educacionais ao imprimir, entre as regras básicas, a necessidade de reduzir os gastos públicos e conseqüentemente os investimentos na educação pública. No campo da educação profissional e tecnológica, podemos apontar um maior aprofundamento na divisão entre a *formação prática* e a *formação propedêutica*, pois as exigências do Consenso impulsionaram “as reformas educacionais dirigidas para a formação profissional mais do que para a construção de cidadania.” (SANTOS B, 2002, p. 38).

Podemos citar como reflexo dessas exigências a Lei nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB) e o Decreto nº 2.208/1997, ambos promulgados no

⁹ Sistema econômico que o Chile adotou após o golpe militar de Pinochet em 11 de setembro de 1973, tendo como base as ideias de Milton Friedman.

¹⁰ Realizado em 1989 pelo governo dos Estados Unidos que se reuniu com vários economistas, representantes das agências financeiras e de vários países para debater e propor novas políticas econômicas para a América Latina.

¹¹ Tais características constituem as formas de globalização hegemônica ou neoliberal e se encontram condensadas no quadro 01 (p. 6).

governo Fernando Henrique Cardoso, o principal agenciador do neoliberalismo no Brasil. Os princípios mercadológicos se fazem presentes nestas legislações na medida em que podemos constatar uma focalização na formação baseada na construção de habilidades e competências e a separação entre ensino profissional e ensino médio. Assim, há uma adequação da educação às exigências do mercado e ela deixa de ser um direito e passa a ser um serviço, regulamentado e fortalecido pelo próprio Estado.

2.2 Globalização contra-hegemônica

Discutimos anteriormente as formas de globalização hegemônica e suas implicações para a sociedade, com direcionamento para a educação profissional. Na sequência, abordaremos o conceito de globalização contra-hegemônica designado por Santos B, como:

o conjunto vasto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra as consequências econômicas, sociais e políticas da globalização hegemônica e que se opõem às concepções de desenvolvimento mundial a esta subjacentes, ao mesmo tempo que propõem concepções alternativas. (2005, p. 7)

Portanto, configura-se como uma globalização de resistência, mas também de criação de alternativas às formas de manifestação contra-hegemônica. Destarte, para que esse novo discurso democrático possa obter êxito é fundamental a atuação de muitos atores, conforme demonstra o quadro 01 (p. 6): ONGs; movimentos sociais; redes de sustentabilidade e instituições educacionais.

Santos B (2002) apresenta duas formas de globalização que podem desenvolver ações de resistência à globalização hegemônica e aos seus desdobramentos na sociedade. A primeira forma é o *cosmopolitismo* que se manifesta pela “[...] resistência de Estados-nação, regiões, classes ou grupos sociais vitimizados pelas trocas desiguais de que se alimentam os *localismos globalizados* e os *globalismos localizados*.” (SANTOS, B 2002, p. 67, grifo nosso).

A segunda forma de globalização contra-hegemônica proposta por Santos B é o *patrimônio comum da humanidade* compreendido como as “[...] lutas transnacionais pela proteção e desmercadorização de recursos, entidades, artefatos, ambientes considerados essenciais para a sobrevivência digna da humanidade e cuja sustentabilidade só pode ser garantida à escala planetária.” (2002, p. 70).

A terceira forma de globalização contra-hegemônica, vem do pensamento de Santos M (2011) e complementa os preceitos do *cosmopolitismo*, pois também atua na criação de uma cultura de união e resistência às ações hegemônicas da globalização neoliberal. Para tal, o

autor propõe a construção de *uma outra globalização* através da qual o mundo poderia ser diferente, humanizado, solidário e menos capitalista.

Mas, para que essa proposta possa obter êxito, percebemos a necessidade de uma reestruturação no campo das relações sociais “[...] de modo a promover o interesse em alianças translocais e a criar capacidades para que estas possam efetivamente ter lugar e prosperar.” (SANTOS B, 2002, p. 74).

Um elemento bastante convergente na constituição desse novo mundo está na educação, pois a escola também pode se propor a “[...] educar para uma outra globalização, educar para a humanidade, educar para uma sociedade sustentável.” (GADOTTI, 2003, p. 7). Assim, diante da conjuntura atual de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica¹², a EPT pode firmar-se como uma entidade comprometida com a emancipação do cidadão e a transformação da sociedade, ao deslocar suas ações educacionais para o fortalecimento da globalização contra-hegemônica. A Lei nº 11.892, de 29/12/2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, destaca que, dentre outras finalidades e características, os Institutos devem:

- Ofertar educação profissional e tecnológica, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, **com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;**
- Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de **soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;** (2008, p. 4 grifo nosso)

Para tanto, a implantação dos *campi* e a oferta dos cursos dos institutos federais, são feitas por eixos tecnológicos, considerando a vocação da região onde os mesmos serão instalados. Pacheco reitera que o Instituto Federal aponta para um tipo de instituição, identificada e pactuada com um novo projeto de sociedade.

Trata-se de um **projeto progressista** que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos **capazes de modificar a vida social** e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. **Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social.** (2011, p. 17, grifo nosso)

Observamos assim que, ao desenvolver ações que favorecem o desenvolvimento local da região onde os *campi* estão implantados, reforçamos o papel da educação como

¹² Os governos Lula e Dilma entregaram 214 escolas técnicas ao Estado brasileiro nos últimos 11 anos, chegando atualmente a 354 unidades, com previsão de entrega até o final de 2014 de mais 208 novas escolas, totalizando 562 escolas no Brasil. Fonte: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>> Acesso em 21 jun. 2014.

instrumento de transformação e libertação das classes dominadas, pois segundo Santomé (2003, p. 239) as instituições escolares não funcionam sempre como reprodutoras e dispõem de “uma certa autonomia que permite uma ação contra-hegemônica”. Diante do exposto, percebemos que a EPT emerge como possibilidade de desenvolver uma educação humana integral pautada no potencial humano e não apenas no mercado, fazendo jus à sua função social e possibilitando o fortalecimento da globalização contra-hegemônica.

Considerações Finais

O nosso trabalho partiu da compreensão da dinamicidade da globalização e seguiu discutindo suas principais formas de manifestação, bem como suas implicações para a educação profissional e tecnológica brasileira. Observamos que os dois principais processos (hegemônicos e contra-hegemônicos) trazem consigo diferentes perspectivas para o desenvolvimento da função social da escola. O projeto hegemônico procura fazer uso da educação como instrumento de fortalecimento dos interesses do capitalismo e da classe dominante. Por outro lado, a globalização contra-hegemônica apresenta uma proposta de rompimento com o modelo dominante ao propor o desenvolvimento de ações que levem os indivíduos a repensarem a sociedade em que estão inseridos.

A educação profissional e tecnológica, historicamente, teve uma tendência a fortalecer a globalização hegemônica em virtude dos direcionamentos políticos que lhes foram dados. Como marca desse movimento, identificamos a constante preocupação em formar mão de obra para atender ao mercado de trabalho, impulsionada por meio de dispositivos legais (Lei nº 5.692/71, Decreto nº 2.208/1997).

Todavia, a educação profissional e tecnológica tem passado, nos últimos anos, por um processo de mudanças significativas em virtude da expansão e interiorização da Rede Federal. Ao ampliar o número de escolas considerando a vocação econômica e as características locais, o Estado brasileiro tem proporcionado não apenas mais acesso à educação, mas ampliado as possibilidades de desenvolver uma lógica de formação profissional contrária ao fortalecimento do capitalismo e favorável à superação das desigualdades sociais.

Portanto, a educação profissional e tecnológica, sob a perspectiva da globalização contra-hegemônica, configura-se como um rompimento com os interesses da globalização hegemônica, pois está imbuída de propósitos cosmopolitas e compromissada com a

construção de um mundo mais igualitário. No entanto, a concretização dessa proposta não é simples, pois depende do envolvimento de diversos atores e trás implicações bem diferentes daquelas idealizadas pelas políticas hegemônicas.

Referências Bibliográficas

Brasil. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, n. 253, p. 1, dez. 2008. Seção 1.

Gadotti, Moacir. Globalização e educação: ideias para um debate. In: Fórum Social Mundial Temático: democracia, derechos, guerras y narcotráfico. Cartagena de Indias, Colômbia. 16 a 20 jun/2003. Disponível em: <http://www.virtual.ufc.br/solar/aula_link/lmat/A_a_H/didatica_I/aula_01-1670/imagens/03/globalizacao-educacao.pdf> Acesso em 10 abr. 2014.

Machado, Lucília Regina de Souza . O desafio da formação dos professores para a EPT e PROEJA. EDUC. SOC., Campinas, v. 32, n. 116, p. 689-704, jul.-set. 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v32n116/a05v32n116.pdf> > Acesso em 13 mar. 2014.

Magalhães, Fernando (2004). Tempos pós-modernos: a globalização e as sociedades pós-industriais. São Paulo: Cortez.

Marx, Karl; Engels, Friedrich. Ideologia alemã (1998). São Paulo : Martins Fontes.

Pacheco, Eliezer (2011). Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna.

Santomé, Jurjo Torres (2003). A educação em tempos de neoliberalismo. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed.

Santos, Boaventura de Souza (2002). A globalização e as ciências sociais. São Paulo, Cortez.

Santos, Boaventura de Souza. A crítica da governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. REVISTA CRÍTICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, n. 72, p. 7-44, out/2005. Quadrimestral. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/governacao_neoliberal_RCCS72.PDF> Acesso em: 27 abr. 2014

Santos, Milton (2011). Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: BestBolso.

Santos, Milton (2006). A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da USP.